

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

**Demonstrações financeiras
e relatório dos auditores independentes
em 31 de dezembro de 2014**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2014, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 13 de março de 2015

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "M. L. L.", positioned above the text of the first auditor.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Felipe Edmond Ayoub", positioned above the text of the second auditor.

Felipe Edmond Ayoub
Contador CRC 1SP187402/O-4

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	2014	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2014
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	<u>6.713</u>	Empréstimos	7	30.142
			Obrigações com poder concedente	10	54.599
		<u>6.713</u>	Outros passivos		<u>132</u>
					<u>84.873</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Partes relacionadas	8	11
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9 (a)	<u>220</u>	Obrigações com poder concedente	10	<u>10.336</u>
		<u>220</u>			<u>10.347</u>
Intangível	6	<u>89.894</u>	Patrimônio líquido	11	
		<u>89.894</u>	Capital social		2.033
			Prejuízos acumulados		<u>(426)</u>
					<u>1.607</u>
Total do ativo		<u><u>96.827</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>96.827</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Demonstração do resultado

Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota explicativa</u>	
Operações continuadas		
Receita líquida de serviços	12 (a)	2.209
Custos dos serviços prestados	12 (c)	<u>(2.165)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		44
Resultado financeiro	12 (d)	
Receitas financeiras		18
Despesas financeiras		<u>(708)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(646)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9 (a)	<u>220</u>
Prejuízo do período		<u>(426)</u>
Prejuízo por ação de operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (expresso em R\$ por ação)	11 (b)	<u>(0,59)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízo acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Em 19 de novembro de 2014 (data de constituição)	11 (a)	1		1
Aumento de capital social	11 (a)	2.032		2.032
Prejuízo do período			(426)	(426)
Em 31 de dezembro de 2014		<u>2.033</u>	<u>(426)</u>	<u>1.607</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social (646)

Ajustes

Margem de lucro de construção (44)

Juros, líquidos 142

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais (548)

Fluxos de caixa das atividades de investimentos

Adições ao intangível (22.750)

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (22.750)

Fluxos de caixa das atividades de financiamentos

Ingressos de financiamentos 30.000

Partes relacionadas 11

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos 30.011

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa 6.713

Caixa e equivalentes de caixa no final do período 6.713

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A. (“Companhia”) foi constituída em 19 de novembro de 2014, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de água e esgotamento sanitário do Município de Sumaré, Estado de São Paulo.

Em 19 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o contrato de concessão que compreende os serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, incluindo a gestão comercial de todas as atividades, estudos técnicos, projetos, serviços e obras necessárias à complementação, adequação e modernização do sistema, bem como a realização de atividades correlatas, serviços complementares e a exploração de fontes de receitas autorizadas, decorrente da Concorrência nº 04/2014 do Município de Sumaré.

O contrato de concessão possui prazo de vigência de 30 anos (2015 – 2045), prevê o reajuste anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e opção para renovação do prazo. As atividades correlatas, serviços complementares e a exploração de fontes de receitas autorizadas estão previstas para serem iniciadas em 19 de março de 2015.

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht (“Organização”), e é controlada pela Odebrecht Ambiental S.A. (“ODB Ambiental”).

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 76.645, bem como apurou prejuízos no período no montante de R\$ 427. A Companhia apresentou prejuízos em virtude de ainda não ter iniciado suas operações, e estar investindo na ampliação da sua infraestrutura. A Companhia conta com o acesso a recursos financeiros do controlador direto, ODB Ambiental, caso seja necessário para fazer face aos passivos de curto prazo. Adicionalmente, os planos da administração contemplam a negociação de empréstimos de longo prazo junto a instituições financeiras, bem como, a Companhia iniciará suas atividades em 19 de março de 2015 e o volume planejado de suas operações para os exercícios seguintes serão suficientes para gerar fluxo de caixa positivo e cumprir as obrigações contratuais e financeiras.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 13 de março de 2015.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia não possuía outros resultados abrangentes no período findo em 2014. Dessa forma, a demonstração de resultados abrangentes nesta data não está sendo apresentada.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial, como “Empréstimos”, no passivo circulante.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.3 *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* para o período findo em 31 de dezembro de 2014.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

2.4 Ativos intangíveis

Direito de concessão

O direito de concessão refere-se à outorga registrada na concessão no ativo intangível e as respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante e não circulante.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A amortização é calculada linearmente com base no prazo do contrato de concessão. O direito de outorga foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada linearmente com base no prazo do contrato de concessão.

2.5 Empréstimos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

2.6 Obrigações com o poder concedente

A Companhia reconhece a obrigação com o Poder Concedente, pelo direito de explorar o objeto da concessão, quando seu valor é conhecido ou calculável e previsto em contrato. Se o prazo de pagamento for equivalente a um ano ou menos, é classificada no passivo circulante. Caso contrário, é apresentada no passivo não circulante.

2.7 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% de imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

2.8 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para, conforme descrição a seguir.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo intangível, presente no contrato de concessão pública (ICPC 01 (R1) e OCPC 05), já que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços.

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Contratos de Concessão, segundo o método de porcentagem de conclusão, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2014 é de 2%.

2.9 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir.

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia mantém o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; e (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

(c) Reconhecimento de receita de construção

A Companhia usa o método de porcentagem de conclusão para contabilizar seu contrato de construção. O uso deste método requer que a Companhia estime o estágio de execução de cada contrato até a data-base do balanço patrimonial como uma proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados (Nota 2.8).

(d) Vida útil do ativo intangível

Os ativos intangíveis da concessão são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa e empréstimos.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, a Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante o período findo em 31 de dezembro de 2014.

(a) Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital às acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira no período findo em 31 de dezembro de 2014, pode ser assim sumariado:

	<u>2014</u>
Total de empréstimos (Nota 7)	30.142
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	<u>(6.713)</u>
Dívida líquida	23.429
Total do patrimônio líquido	<u>1.607</u>
Total do capital	<u>25.036</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>94%</u>

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	<u>2014</u>
Empréstimos e recebíveis	
Caixa e equivalentes de caixa	6.713
	<u>6.713</u>
Outros passivos financeiros	
Obrigações com poder concedente	(64.935)
Empréstimos	(30.142)
	<u>(95.077)</u>

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>
Banco conta movimento	2
Aplicações financeiras (i)	6.711
	<u>6.713</u>

- (i) O saldo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2014, está representado por operação compromissada com banco de primeira linha, sendo a remuneração relacionada a uma variação média de 93% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

6 Intangível

	<u>Direito de uso (i)</u>	<u>Intangível em formação (ii)</u>	<u>Total</u>
Em 19 de novembro de 2014			
Adições	87.685	2.209	89.894
Saldo contábil, líquido	<u>87.685</u>	<u>2.209</u>	<u>89.894</u>
Em 31 de dezembro de 2014			
Custo	87.685	2.209	89.894
Saldo contábil, líquido	<u>87.685</u>	<u>2.209</u>	<u>89.894</u>
Vida útil (anos)	30		

- (i) Refere-se à outorga fixa a pagar ao poder concedente. Deste valor, foram pagos R\$ 22.750 em 2014.
- (ii) O intangível em formação refere-se a investimentos na construção da estação de esgotamento sanitário do Município de Sumaré, com expectativa de entrada em operação no 2º semestre de 2017.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Empréstimos

(a) Composição

Instituição financeira	Modalidade	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimento	2014
Banco Bradesco S.A. ("Bradesco")	Capital de giro (CCB)	CDI + 2,2%	13,25%	dez/2015	30.142
					<u>30.142</u>

(b) Movimentação

	2014
Adição de principal	30.000
Adição de juros	<u>142</u>
Saldo no final do período	<u>30.142</u>

(c) Garantias e outras informações relevantes

O contrato junto ao Bradesco está garantido pelo suporte de seu acionista controlador, ODB Ambiental.

Consideram-se os valores contábeis dos empréstimos equivalentes aos valores justos.

8 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de R\$ 11 refere-se à garantia corporativa devida ao acionista controlador, ODB Ambiental, conforme contrato firmado entre as partes, sem incidência de juros e vencimento indeterminado.

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Composição no balanço patrimonial (não circulante)	2014
Ativo diferido	235
Passivo diferido	<u>(15)</u>
	<u>220</u>

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme o estudo técnico preparado pela administração da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

Ativo de imposto diferido

Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	39
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	196
	<u>235</u>

Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:

2015	39
2016	47
2017	47
2018	47
2019	47
2020	8
	<u>235</u>

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos períodos. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

Ativo fiscal diferido	Reconhecido na demonstração do resultado	2014
Ajustes de RTT (Outros)	235	<u>235</u>
Passivo fiscal diferido	Reconhecido na demonstração do resultado	2014
Receita e custo de construção concessões ativo intangível (ICPC01 (R1) e OCPC05)	(15)	<u>(15)</u>

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia, antes do imposto de renda e contribuição social, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal, aplicável aos lucros individual e consolidado, como segue:

	<u>2014</u>
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	(646)
Alíquota nominal	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>220</u>
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u><u>220</u></u>

(c) Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014.

A Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, objeto de conversão da Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) e trouxe outras providências, dentre as quais se destacam: (i) alterações na legislação tributária federal relativa ao IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e à COFINS com o objetivo de alinhar a contabilidade fiscal à societária; (ii) disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; (iii) considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial; (iv) disposição acerca do tratamento fiscal dos dividendos calculados com base nos resultados apurados no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2013; e (v) disposições associadas à tributação dos contratos de concessão de serviços públicos. As disposições previstas nessa legislação têm vigência a partir de 2015, salvo na hipótese de opção pela sua adoção antecipada a partir de 2014.

Posteriormente, no quarto trimestre de 2014, foram editadas instruções normativas pela Receita Federal do Brasil (RFB) com o objetivo de regulamentar as disposições da Lei nº 12.973/14, dentre as quais destacam-se a IN RFB nº 1.515/14, que dispõe especialmente sobre os efeitos da revogação do RTT.

No que concerne ao exercício da opção pela aplicação dos efeitos da Lei nº 12.973/14 para o ano-calendário de 2014, em novembro de 2014, por ocasião do envio da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) relativa ao mês de agosto de 2014, a Companhia não optou pela adoção antecipada dos efeitos da referida Lei.

De acordo com a IN RFB nº 1.499/14, a opção pela antecipação ou não dos efeitos da Lei nº 12.973/14 para o ano-calendário de 2014, foi confirmada na DCTF correspondente ao mês de dezembro de 2014, cujo prazo para entrega se encerra em 23 de fevereiro de 2015.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Obrigações com o poder concedente

Refere-se a outorga fixa a pagar ao poder concedente pela exploração e utilização dos bens afetos ao contrato de concessão via subdelegação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto e gestão comercial da água no Município de Sumaré.

O valor total da obrigação com o poder concedente é de R\$ 91.000 divididas em 14 parcelas ajustadas a valor presente pela taxa de desconto de 8,52% ao ano que se refere à taxa interna de retorno do contrato de concessão. A primeira foi paga no ato da celebração do contrato de concessão com valor equivalente a 25% do valor total da outorga (R\$ 22.750); a segunda parcela, que tem o mesmo valor da primeira deverá ser paga imediatamente após o término da operação assistida (19 de março de 2015), e as 12 parcelas restantes deverão ser pagas mensalmente 30 dias após o término da operação assistida.

11 Patrimônio líquido

(a) Capital social

	% de participação	Capital social	Quantidade de ações
ODB Ambiental	100	2.033	2.032.852
		<u>2.033</u>	<u>2.032.852</u>

Em 19 novembro de 2014, a Companhia foi constituída com o capital social de R\$ 1, através da emissão de 1.000 ações ordinárias, em moeda corrente nacional.

Em 16 de dezembro de 2014, foi aprovado o aumento de capital social, no montante de R\$ 2.032, mediante a emissão de 2.031.852 ações ordinárias, totalmente integralizadas com créditos detidos pela ODB Ambiental junto à Companhia.

(b) Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. A Companhia não mantém ações em tesouraria.

	<u>2014</u>
Prejuízo atribuível ao acionista da Companhia	(426)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>727</u>
Prejuízo básico por ação	<u>(0,59)</u>

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o prejuízo básico e o diluído por ação são iguais.

12 Resultado do período

(a) Receita

A totalidade da receita do período, no montante de R\$ 2.209, refere-se a receita de construção sem incidência de tributos (Nota 2.8).

(b) Receita de Construção

Natureza do contrato	Receita líquida de Construção	Custo de Construção	Margem de lucro
	2014	2014	2014
Concessão - Ativo intangível	2.209	(2.165)	44

(c) Resultado financeiro

	Nota explicativa	2014
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicação financeira		18
		18
Despesas financeiras		
Despesas com juros		(142)
Garantias e avais com partes relacionadas	8	(11)
Tributos sobre operações financeiras		(555)
		(708)
Resultado financeiro, líquido		(690)

* * *